Interessado: Raimundo Candido do Rego – CPF: 108.621.292-49
 Marca/Tipo/Chassi
 CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ/Pas/
 Automovel/9BGJJC69X0EB261330
Portaria n.º201704002814, de 17/05/2017 - Proc n.º 2017730009699/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Alonso Cardoso Lobato – CPF: 116.717.932-34
 Marca/Tipo/Chassi
 CHEVROLET/COBALT 1.8 LT/Pas/
 Automovel/9BGJB69Z0FB101835

Portaria n.º201704002816, de 17/05/2017 - Proc n.º 2017730010155/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Ivaldo Ferreira da Mota – CPF: 398.214.472-87
 Marca/Tipo/Chassi
 NISSAN/VERSA 16UNIQUECVT/Pas/
 Automovel/94DBCAN17HB116935

**PORTARIAS DE REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT
 Portaria n.º201704002803, de 17/05/2017 - Proc n.º 0420177300036696/SEFA**

Motivo: Revogar a concessão da isenção do IPVA ao veículo de 01/01/2016 a 31/12/2016

Base Legal: art. 1º, § 1º, IV c/c §§ 5º e 6º da Lei nº 6.017/96 revogação decorrente de mudança de categoria em veículo beneficiado, placa otr1586

Interessado: Edson Junior Sampaio Dias – CPF: 882.603.802-34
 Marca/Tipo/Chassi

VW/VOYAGE CITY MA/Pas/Automovel/9BWD45U2FT030728

Protocolo: 178903

**ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
 FAZENDÁRIOS – TARF
 ACÓRDÃOS
 PLENO**

ACÓRDÃO N. 573 – PLENO. RECURSO: Nº 4213 – RELATOR (PROC/AINF Nº 172011510000005-5). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. CRÉDITO DO IMPOSTO. EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. 1. Prestar informação incorreta de emissor e número de documento fiscal na escrituração, sem repercussão no valor do imposto, caracteriza descumprimento de obrigação acessória. 2. É assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal. 3. Deve ser declarada a improcedência do AINF, quando comprovado nos autos, que o crédito escriturado é decorrente de operações efetivamente ocorridas e acobertadas pelos conhecimentos fiscais legalmente exigidos. 4. Recurso de Revisão improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. Votos contrários: Conselheira Angela de Azevedo pelo provimento do recurso. Conselheiros Carlos Queiroz, Luzia do Socorro Barros e Carlos Augusto Catharin pela nulidade do AINF. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 28/03/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 28/03/2017. ACÓRDÃO N. 574 – PLENO. RECURSO N. 195 – DE RECONSIDERAÇÃO (PROCESSO/AINF N. 062012510000039-0). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES M. PEREIRA. CONSELHEIRO DESIGNADO: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. CONSTRUÇÃO CIVIL. 1. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados, do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. É a inteligência do art. 173, I do CTN. 2. Correta a decisão que restabelece parte do crédito tributário lançado, quando verificado nos autos período não alcançado pela decadência. 3. Empresa de construção civil quando adquire mercadoria de outro estado utilizando inscrição estadual fica sujeita ao diferencial de alíquota e é equiparada a contribuinte. Inteligência do artigo 14, § 4º do RICMS paraense. 4. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da federação, destinada a uso/consumo ou à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. Votos contrários: dos conselheiros Maria de Lourdes Pereira, Nilson de Azevedo e Carlos Alberto Queiroz, pelo provimento do recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 28/03/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 28/03/2017.

PRIMEIRA CÂMARA

ACÓRDÃO N. 5385 - 1ª CPJ - RECURSO N. 11845 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012013510012428-5). CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. 1. O trânsito em julgado da decisão singular impede a apreciação da matéria na instância superior, uma vez

que, comprovadamente, o Recurso Voluntário é intempestivo, por inobservância das disposições previstas no art. 32, § 1º, da Lei n. 6.182/1998, impondo o não conhecimento do mesmo, nos termos do art. 40, II, do Regimento Interno do TARF, aprovado pelo Decreto n. 3.578/1999. 2. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 19/04/2017.

ACÓRDÃO N. 5384 - 1ª CPJ - RECURSO N. 12945 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012015510000285-0). CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO. GLOSA DE CRÉDITOS. 1. O ICMS será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado, ou pelo DF. 2. É vedado ao contribuinte a utilização de créditos não cobrado na operação anterior. 3. Não cabe ao Tribunal Administrativo de Recurso Fazendários a apreciação sobre questionamentos da validade da legislação tributária. 4. Deve ser restabelecido o crédito tributário lançado no AINF, quando comprovado que o contribuinte deixou de recolher a antecipação do ICMS, relativo à operação interestadual com benefício fiscal, em desacordo com o art. 155, § 2º, XII da CF/1988, constituindo infração à legislação tributária e sujeita-o à penalidade penalmente prevista, independente do recolhimento do imposto. 5. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS, voto contrário do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo improvimento do recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 19/04/2017.

ACÓRDÃO N. 5383 - 1ª CPJ - RECURSO 12513 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 092012510000040-5). CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DA ORDEM DA SERVIÇO. PRELIMINAR REJEITADA. NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. MÉRITO NÃO ANALISADO. 1. Não há que se falar em nulidade do auto de infração, quando verificado nos autos que a autoridade autuante estava revestida de competência legal e devidamente autorizada, através de Ordem de Serviço a proceder à ação fiscal. 2. A espontaneidade se restabelecerá pelo prazo de trinta dias, para eliminar irregularidades relativas ao cumprimento de obrigação pertinente ao imposto, caso a fiscalização não se conclua no prazo fixado na ordem de serviço. Preliminar rejeitada por voto de qualidade, votos contrários da Cons. Maria de Lourdes e do Cons. Nilson Monteiro de Azevedo. 3. Matéria não examinada pela instância inferior não pode ser apreciada em instância superior, sob pena de supressão de instância e afronta os princípios constitucionais do duplo grau de jurisdição, da ampla defesa e do devido processo legal. 4. Deve ser declarada a nulidade da decisão de primeira instância, a fim de que o Julgador “a quo” proceda à análise, no mérito, das razões de defesa apresentadas pelo contribuinte, por restar patente o cerceamento de defesa previsto no art. 71 da Lei n. 6.182/1998. 5. Recurso conhecido, para em preliminar declarar a nulidade da decisão de primeira instância. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE. Votos contrários dos conselheiros Maria de Lourdes Magalhães Pereira e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo improvimento do recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 19/04/2017.

SEGUNDA CAMARA

ACÓRDÃO N. 5675 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12796 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 072012510000375-0). CONSELHEIRA RELATORA: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: ICMS. ECF OBRIGATORIEDADE DE USO. 1. Os estabelecimentos com receita bruta anual acima de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), que exerçam a atividade de venda ou revenda de mercadorias ou bens ou de prestação de serviços em que o adquirente ou o tomador seja pessoa natural ou jurídica não-contribuinte do ICMS, estão obrigados ao uso do equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF em seu estabelecimento. 2. Para fins de obrigatoriedade de uso do equipamento ECF, considera-se receita bruta anual o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado auferido nas operações em conta alheia, não incluído o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, nos termos do § 2º do art. 406 do RICMS. 3. Não possuir equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, quando obrigado, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 27/04/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 27/04/2017.

ACÓRDÃO N. 5674 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12120 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012014510002225-0). CONSELHEIRA RELATORA: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: ICMS. ANTECIPADO ESPECIAL. REGIME ESPECIAL. IMPROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Deve ser mantida a decisão singular que declara a improcedência da ação fiscal, tendo em vista o contribuinte ser signatário de Regime Especial que define a forma de recolhimento do ICMS. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 27/04/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 27/04/2017.

ACÓRDÃO N. 5673 - 2ª CPJ - RECURSO N. 9684 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 092005510000040-0). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO. CESTA BÁSICA. 1. Correta a decisão singular que, após diligência, exclui do crédito tributário valores indevidos, seja pelo pagamento parcial das notas fiscais constantes do levantamento, seja por sua inclusão indevida no levantamento fiscal. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 27/04/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 27/04/2017.

ACÓRDÃO N. 5672 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12654 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 262014510000356-0)

ACÓRDÃO N. 5671 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12650 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 262014510000362-4)

ACÓRDÃO N. 5670 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12648 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 262014510000368-3)

ACÓRDÃO N. 5669 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12646 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 262014510000371-3)

ACÓRDÃO N. 5668 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12632 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 262014510000396-9)

ACÓRDÃO N. 5667 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12630 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 262014510000374-8)

ACÓRDÃO N. 5666 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12626 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 262014510000380-2)

ACÓRDÃO N. 5665 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12344 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 262014510000364-0)

ACÓRDÃO N. 5664 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12342 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 812014510000028-3)

ACÓRDÃO N. 5663 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12100 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 572014510000009-0)

ACÓRDÃO N. 5662 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12094 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 572014510000008-2)

ACÓRDÃO N. 5661 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12092 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 572014510000019-8)

ACÓRDÃO N. 5660 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12090 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 372014510000236-5)

ACÓRDÃO N. 5659 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12006 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 372014510001707-9)

ACÓRDÃO N. 5658 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12004 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 372014510001786-9)

ACÓRDÃO N. 5657 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12002 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 372014510001706-0)

ACÓRDÃO N. 5656 - 2ª CPJ - RECURSO N. 11994 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 372014510001788-5)

ACÓRDÃO N. 5655 - 2ª CPJ - RECURSO N. 11990 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N372014510001810-5)

ACÓRDÃO N. 5654 - 2ª CPJ - RECURSO N. 11988 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 372014510001665-0)

ACÓRDÃO N. 5653 - 2ª CPJ - RECURSO N. 11986 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 372014510001771-0)

ACÓRDÃO N. 5652 - 2ª CPJ - RECURSO N.11984– VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 372014510001691-9)

ACÓRDÃO N. 5651 - 2ª CPJ - RECURSO N.11880– VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 262014510000377-2)

ACÓRDÃO N. 5650 - 2ª CPJ - RECURSO N.11878– VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 262014510000400-0)

ACÓRDÃO N. 5649 - 2ª CPJ - RECURSO N.11876 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 262014510000395-0)

CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS ALBERTO MARTINS QUEIROZ. EMENTA: ICMS. ATIVO NÃO REGULAR. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. 1. É vedado ao julgador administrativo a apreciação de matéria relativa à constitucionalidade ou validade da legislação tributária, na forma do inciso III, do artigo 26, da Lei n. 6.182/1998. 2. A apreensão de mercadorias é conferida pela legislação tributária estadual, constituindo-se prova material de infração à legislação tributária. 3. A situação fiscal de ativo não regular impõe ao contribuinte a obrigação de recolher o imposto na entrada do território paraense. 4. A falta de recolhimento de ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas aquisições de bens para uso, consumo e/ou para integrar o ativo fixo do estabelecimento, sujeita o contribuinte às sanções previstas na legislação vigente. 5. Não há que se falar em multa confiscatória quando aplicada com base em dispositivo legal vigente à época do fato gerador. 6. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 26/04/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 26/04/2017.

ACÓRDÃO N. 5648 - 2ª CPJ - RECURSO N. 12836 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 812013510001283-7). CONSELHEIRO RELATOR: FELIPE AUGUSTO HANEMANN COIMBRA. EMENTA: ICMS. MANDADO DE SEGURANÇA. 1. A propositura de ação judicial pelo contribuinte com o mesmo objeto do recurso implica renúncia à instância administrativa, nos termos do art. 26, V, da Lei n. 6.182/98. 2. Recurso conhecido e improvido mantendo-se inalterada a decisão recorrida. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/04/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 26/04/2017.

ACÓRDÃO N. 5647 - 2ª CPJ - RECURSO N. 11862 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 102010510000201-2). CONSELHEIRA RELATORA: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: